

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS  
NO BRASIL: UM MAPEAMENTO DE INFLUÊNCIAS CONCEITUAIS

Ademar de Oliveira Marques

Passo Fundo  
2018

Ademar de Oliveira Marques

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS  
NO BRASIL: UM MAPEAMENTO DE INFLUÊNCIAS CONCEITUAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientador:  
Prof. Dr. Ivan Penteado Dourado

Passo Fundo  
2018

CIP – Catalogação na Publicação

---

M357d Marques, Ademar de Oliveira

Desenvolvimento sustentável e as políticas públicas ambientais no Brasil : um mapeamento de influências conceituais / Ademar de Oliveira Marques. – 2018.  
83 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Penteado Dourado.  
Dissertação (Mestre em Ciências Ambientais) –  
Universidade de Passo Fundo, 2018.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Política ambiental.  
3. Desenvolvimento econômico - Aspectos ambientais.  
4. Solução de problemas - Aspectos ambientais I. Dourado,  
Ivan Penteado, orientador. II. Título.

CDU: 504.03

---

Catalogação: Bibliotecário Luís Diego Dias de S. da Silva – CRB 10/2241

## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação:

**“Desenvolvimento sustentável e as políticas públicas ambientais no Brasil: um mapeamento de influências conceituais”**

Elaborada por

**ADEMAR DE OLIVEIRA MARQUES**

Como requisito parcial para a obtenção do grau de  
“Mestre em Ciências Ambientais”

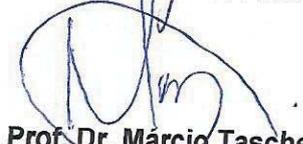
Aprovado em: 14/12/2018  
Pela Banca Examinadora



**Prof. Dr. Ivan Penteadou Dourado**  
Presidente da Comissão Examinadora – UPF/PPGCiAmb



**Profa. Dra. Carla Denise Tedesco**  
Universidade de Passo Fundo – UPF/PPGCiAmb



**Prof. Dr. Márcio Taschetto da Silva**  
Universidade de Passo Fundo – UPF/FAED

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu mestre e mentor, professor Luis de la Mora, mexicano, naturalizado brasileiro, graduado em Filosofia pela Pontificia Universitá Gregoriana-Roma, doutor em Sociologia pela Université Paris (Panthéon-Sorbonne, 1992), professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, desde 1976, membro fundador da Comissão de Direitos Humanos Dom Helder Câmara, ativista por direitos humanos e participação social, gestão democrática, movimentos sociais, desenvolvimento urbano e produção social do *habitat*.

Tive o privilégio de conhecer e, desde a década de 1990, conviver e trabalhar com o professor Luis de la Mora, um profissional extremamente sensível, dedicado e comprometido com a educação formal e a não formal, bem como com a popularização do conhecimento. Foi uma importante e significativa influência em minha vida pessoal e profissional, sempre me desafiando a continuar estudando, uma vez que minha trajetória de formação se deu mais pela via profissional. Nunca deixou de estimular-me a cursar mestrado e, se possível, ainda, doutorado. Chego, então, ao fim desta rica experiência acadêmica, graças ao seu incentivo e à sua torcida. A você meu mestre, dedico esta dissertação.

## AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho, só foi possível, graças ao apoio, à dedicação e ao incentivo de várias pessoas e organizações sociais, assim, gostaria, com muito carinho, de agradecer:

À Deus, pela possibilidade e oportunidade de realizar um sonho, adiado por quase três décadas, em virtude de uma escolha de caminhada e trajetória profissional, antes de uma formação acadêmica mais qualificada.

À minha família, de forma especial, minha esposa, Ana Luiza Funghetti, e meus filhos, Lucas e Bruna, pela torcida, força, paciência, pelo incentivo e apoio, inclusive financeiro, demonstrados ao longo destes mais de dois anos.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCiAmb), pela sua generosidade em compartilhar os seus conhecimentos e pelos incentivos a prosseguir nesta curta e intensa trajetória.

Ao meu orientador, professor Dr. Ivan Penteado Dourado, por sua orientação qualificada, sensibilidade, incentivo à produção, paciência demonstrada, especialmente, no processo de dissertação.

Aos meus primeiros orientadores, prof. Edson Alencar Casagrande e prof. Dr. Jean Budke, por seus estímulos e orientações iniciais.

Aos colegas e já mestres da primeira turma do PPGCiAmb, por sua generosidade em compartilhar seus conhecimentos, experiências e amizades nesta curta trajetória, de forma respeitosa e solidária.

Aos impecáveis préstimos de nossa querida secretária do PPGCiAmb, Dionice Maria Ozelame, sempre atenciosa e disponível para servir e ajudar cada mestrando.

Também, de forma especial, à Luciana da Silva, Paulo Fernando Cornélio, Flávia Biondo, Carla Grasielle Hegel, Juciela Cicheleiro que, direta e indiretamente, contribuíram com seu apoio e incentivo.

## **EPÍGRAFE**

O *Homo sapiens* não é mais do que uma espécie cuja passagem pelo planeta é efêmera e cujo destino é selado pelas mesmas leis naturais que regem as demais formas de vida. Seria um engano pensar que o homem tenha conquistado a Terra. Somos a espécie dominante simplesmente porque eliminamos grande parte da biosfera. E, ao fazermos isso, geramos condições pouco promissoras para nossa própria sobrevivência.

*John Gray (2005)*

## RESUMO

Os anos 1960 foram e serão lembrados, por várias gerações, como o *start* mundial de enfrentamento à grave e evidente crise ambiental, originada nas décadas anteriores, pela qual passava a humanidade e que, nas décadas seguintes, decorrente de uma série de desastres e desequilíbrios ambientais, só veio a agravar-se, como resultado do modelo de desenvolvimento da cultura ocidental, passando a se constituir fator de maior preocupação dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como da comunidade científica, levando-os a repensar novas estratégias para o enfrentamento desta problemática em escala mundial. O presente estudo se propõe a realizar um levantamento dos principais eventos internacionais que contribuíram para o debate sobre a problemática ambiental e para a construção do conceito de desenvolvimento, capaz de responder e redirecionar a construção de um novo pacto societário de caráter planetário, capaz de conciliar: desenvolvimento econômico, uso eficiente dos recursos naturais e equidade social. Esses acontecimentos, os eventos globais e a definição do conceito de desenvolvimento sustentável influenciaram, como uma nova ordem, o marco jurídico ambiental dos países e a construção de políticas ambientais no âmbito global, especialmente no Brasil. Portanto, pretende-se demonstrar, pela análise de três importantes legislações brasileiras, que tais eventos e o conceito de desenvolvimento sustentável estão presentes.

**Palavras-chave:** 1. Desenvolvimento sustentável. 2. Políticas públicas ambientais. 3. Problemática ambiental. 4. Meio ambiente.

## **ABSTRACT**

The sixties' were and will be remembered, for several generations, as the world's awaking and facing the obvious and extremely grave environmental crisis, which was originated in the decades before, by which the man kind was passing and that, in the following decades, due to a series of disasters and environmental unbalances, only got worse, as a result of the western world developing model, becoming a factor of major concern in the "developed" and "in developing" countries, as well as in the scientific community, taking them to rethink new strategies to face this problem worldwide. This study purpose is to catalogue the main international events that contributed for the environmental problem debate and for the environment concept construction, able to conciliate: economic development, natural resources efficient use, and social equality. Those facts, the global events and the environmental development definition influenced, as a new world order, the countries environmental legal framework and the environmental policies built at a global scale, especially in Brazil. Therefore, the aim of this study, through the analysis of three major Brazilian laws, is that those events and the sustainable development concept are present.

**Keywords:** 1. Sustainable development. 2. Environmental public policies. 3. Environmental problem. 4. Environment.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Eventos catastróficos de poluição do ar e contaminação da água .....	25
---	----

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AIA – Avaliação dos Impactos Ambientais
- APPs – Áreas de Proteção Permanente
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
- CEEIBH – Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas
- CF – Constituição Federal
- CN – Congresso Nacional
- CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CNUMAH – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (*United Nations Conference On The Human Environment*)
- COBRAMAB – Comissão Brasileira para o Programa Homem e Biosfera-MaB
- CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale de São Francisco
- CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
- DDT - Dicloro-Difenil-Tricloroetano
- EIA – Estudo de Impacto Ambiental
- GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade* (Acordo Geral de Tarifas e Comércio)
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IFC – *International Facilitating Committee* (Comitê Internacional de Facilitação)
- IPCC – *Intergovernmental Panel for Climate Change* (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas)
- MAB – *Man and Biosphere Programme* (Programa Homem e Biosfera)
- MIT – *Massachusetts Institute of Technology* (Instituto de Tecnologia de Massachusetts)
- MMA – Ministério do Meio Ambiente
- NEPA – *National Environmental Policy Act* (Lei Nacional de Política Ambiental)
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
- PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental
- PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente
- PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos
- PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RB – Reserva da Biosfera

RBAC – Reserva da Biosfera da Amazônia Central

RBC – Reserva da Biosfera Cerrado

RBCAAT – Reserva da Biosfera Caatinga

RBMA – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

RBP – Reserva da Biosfera Pantanal

RBSE – Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço

RIMA – Relatório de Impacto do Meio Ambiente

RL – Reserva Legal

SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

SISNEA – Sistema Nacional de Educação Ambiental

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

UC – Unidade de Conservação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WCED – *World Commission on Environment and Development* (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>16</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>20</b>
<b>4 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS POLÍTICAS AMBIENTAIS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA .....</b>	<b>22</b>
<b>4.1 Eventos históricos .....</b>	<b>28</b>
4.1.1 Clube de Roma .....	29
4.1.2 Conferência da Biosfera .....	30
4.1.3 Painel de Founex .....	31
4.1.4 Conferência de Estocolmo.....	32
4.1.5 Relatório Brundtland .....	33
4.1.6 Rio-92.....	34
<b>5 A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL .....</b>	<b>37</b>
<b>5.1 Etapas histórico-sociais vinculadas às políticas públicas no Brasil.....</b>	<b>42</b>
5.1.1 1ª etapa: administração dos recursos naturais.....	43
5.1.2 2ª etapa: o controle da poluição industrial.....	43
5.1.3 3ª etapa: o planejamento territorial.....	44
5.1.4 4ª etapa: a gestão integrada de recursos.....	45
5.1.5 5ª etapa: o futuro do planeta – Agenda Global para o século XXI.....	46
<b>6 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PRESENTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS BRASILEIRAS .....</b>	<b>49</b>
<b>6.1 Dimensão econômica .....</b>	<b>54</b>
<b>6.2 Dimensão ambiental .....</b>	<b>58</b>
<b>6.3 Dimensão social.....</b>	<b>65</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>79</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O mundo do pós-guerra se viu desafiado a constituir e construir um novo pensamento e um modelo de organização social e de desenvolvimento, que possibilitasse a construção de uma nova sociedade, pautada em valores de respeito ao ser humano, à sua felicidade, à sua qualidade de vida e à proteção do meio em que vive, numa perspectiva global, para todas as gerações, presentes e futuras.

O processo de revolução industrial possibilitou o crescimento econômico, mas, em contrapartida, trouxe graves consequências e impactos ao ser humano e ao meio ambiente, aliado à concentração de riqueza (THEIS, 1996, p. 131), especialmente nos países desenvolvidos, ou seja, aqueles que detinham uma tecnologia mais avançada, os mais ricos. Em outro viés estavam os pobres, os que detinham menos conhecimento e tecnologias, os chamados países em desenvolvimento, criando oposições entre o norte e o sul. Ambos, desenvolvidos e em desenvolvimento, entrincheirados em duas linhas abissais, presentes no pensamento moderno ocidental (SANTOS, 2007, p. 10-11).

A partir da década de 1960, teve início uma série de acontecimentos e movimentos de caráter internacional, governamental e socioambiental,<sup>1</sup> que influenciaram e contribuíram para o início de um processo de construção coletiva, transnacional e revolucionário,<sup>2</sup> para a constituição de um novo pacto societário – a sustentabilidade do planeta.

No presente trabalho, propomos uma contextualização histórica da linha do tempo desses processos e de eventos internacionais, identificando, em linhas gerais, como se deram a construção do conceito de desenvolvimento sustentável e a sua repercussão, citando os principais desdobramentos para a construção dos acordos e tratados globais. Mais especificamente, no presente estudo, o foco será a repercussão do conceito de desenvolvimento sustentável na política ambiental brasileira, especialmente no seu marco regulatório.

---

<sup>1</sup> Reconhecemos que a definição socioambiental não existia no período, porém utilizamos para expressar o potencial desta definição, que será explicado ao longo do trabalho. Essa definição emerge com mais clareza a partir de sua utilização, conforme mencionam Philippi Jr. et al., ao citar os autores Vieira, Leff e Sachs, que a utilizam para expressar a problemática de interdependência entre sociedade e natureza, e que ela só existe em decorrência dos processos de apropriações, a partir das relações sociais e de poder, e de sua articulação com a biosfera (PHILIPPI JR. et al., 2013, p. 516-517).

<sup>2</sup> A definição “revolucionário” tem sentido relativo à inexistência de unidade de pensamento acerca do impacto que os eventos catastróficos que ocorreram anteriormente a esta década. Com *Primavera silenciosa*, Carson (1969) contribui para unificar os pensamentos acerca do modelo de desenvolvimento voltado à exaustão dos recursos naturais.

Diante do exposto, a proposta desta pesquisa é responder a seguinte problemática: de que forma a legislação e as políticas ambientais brasileiras são impactadas pela definição de desenvolvimento sustentável?

Ao buscar responder tal questionamento, identificamos que, apesar das inúmeras críticas recebidas, a definição de desenvolvimento sustentável tem capacidade de pautar a formulação das políticas ambientais. Ao buscar essa resposta, não queremos afirmar que essa definição resolveu os problemas ambientais no Brasil, ou mesmo que as críticas que recebeu não são legítimas, apenas desejamos reconhecer a centralidade dessa definição, pois, segundo o que a pesquisa pretende demonstrar, sem ela, não teríamos o nível de maturidade e o avanço na organização jurídica ambiental no país.

Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica exploratória (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995; VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014; GIL, 1989; SOUZA et al., 2010) sobre o tema proposto, utilizando artigos, livros, teses, dissertações, legislações internacionais e brasileiras, relatórios e tratados internacionais, dados secundários e informações obtidas em *websites* oficiais e especializados no tema. Mapeando e identificando os autores mais relevantes na discussão proposta, objetiva-se um novo enfoque analítico, que discuta a centralidade da definição de desenvolvimento sustentável nas legislações das políticas ambientais brasileiras.

Esta pesquisa objetiva apresentar o conceito de desenvolvimento sustentável construído no período de quatro décadas, para, ao final desta recuperação histórica- conceitual, apresentar uma definição de desenvolvimento sustentável rica o suficiente para mapear o impacto dessa na legislação e nas políticas ambientais brasileiras.

O impacto dos eventos e dos acordos internacionais norteados pelo conceito de desenvolvimento sustentável influenciou significativamente o marco regulatório do Brasil, tanto que, após a publicação do Relatório Brundtland (1987), o país, em seu processo constituinte, incorporou esse conceito no texto da Constituição federal, promulgada em 1988, no artigo 225: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, p. 127). Além disso, esse conceito esteve entrincheirado entre biocentristas e antropocentristas, desenvolvidos e em desenvolvimento (MARCONATTO, et al., 2013), e os eventos internacionais, em especial a Convenção sobre a Diversidade Biológica-CDB, de 1992, contribuíram para a proteção da biodiversidade, sua normatização, o uso sustentável e a gestão dos recursos naturais, como é o caso do Programa Agenda 21 Global, com experiências de mobilização social para a construção das leis norteadoras das políticas ambientais no Brasil e

no mundo.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Este trabalho se caracteriza como estudo bibliográfico, realizado por meio de pesquisa exploratória, perante levantamento da literatura existente relacionada ao tema proposto. A pesquisa exploratória consiste em esclarecer e desenvolver conceitos e ideias, com a finalidade de formular problemáticas e hipóteses para futuros estudos. A metodologia envolve o mapeamento bibliográfico exploratório, documental, entrevistas e estudos de caso, além do conhecimento atualizado de uma temática específica (SOUZA et al., 2010).

A pesquisa exploratória, conforme explicitam Piovesan e Temporini (1995), tem como fundamentos os seguintes princípios: a) a aprendizagem melhor se realiza quando parte do conhecido; b) deve-se sempre buscar e ampliar o conhecimento; e c) ao esperar respostas racionais, pressupõe-se formular perguntas racionais; entendendo-se o termo “racional” como aquilo que é baseado nos conhecimentos científicos. Essa escolha é utilizada como recurso metodológico e parte integrante da pesquisa principal, como estudo preliminar que tem a finalidade de melhor adequar os instrumentos à realidade que se pretende conhecer, ou seja, “[...] conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela se insere” (1995, p. 321). Esse tipo de pesquisa se diferencia dos outros métodos de estudo, pois, segundo as concepções tradicionais, a pesquisa exploratória tem por finalidade, além do refinamento dos dados da pesquisa e do estudo, aumentar o grau de objetividade e, especialmente, conduzir o pesquisador a descobrir novos enfoques e percepções que venham a contribuir para a mudança do seu próprio modo de pensar, permitindo o “[...] controle dos efeitos desvirtuadores da percepção do pesquisador, permitindo que a realidade seja percebida como ela é, e não como o pesquisador pensa que seja” (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995, p. 320-321).

No seu artigo intitulado “Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas”, Vosgerau e Romanowski (2014) ressaltam a importância dos estudos de revisão, afirmando que esses contribuem para esclarecer e resumir as principais obras de literaturas existentes em determinadas áreas. Além de fornecer um panorama histórico sobre um tema ou assunto, “[...] esses estudos podem conter análises destinadas a comparar pesquisas sobre temas semelhantes ou relacionados; apontar a evolução das teorias, dos aportes teórico-metodológicos, e sua compreensão em diferentes contextos” (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014, p. 167-168).

Para a especificidade deste estudo, considerando a abrangência da sua temática, a diversidade de autores e trabalhos produzidos, a sua diversidade conceitual e os períodos analisados, é necessária a utilização de alguns métodos de pesquisa e de estudos que se

assemelham e se complementam na investigação do tema proposto. Dessa forma, tomou-se como base referencial o estudo de revisão sobre implicações conceituais e metodológicas de Vosgerau e Romanowski (2014). A partir de levantamento de periódicos nacionais e internacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Encontraram-se diferentes tipos e denominações de estudos de revisões de literaturas e de produções científicas, com seus respectivos autores: levantamento bibliográfico, revisão de literatura, revisão bibliográfica, estado da arte, revisão narrativa, estudo bibliométrico, revisão sistemática, revisão integrativa, meta-análise, metassumarização e sínteses de evidências qualitativas (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014, p. 168-169; GIL, 1989, p. 44).

Assim, passamos a conceituar os seguintes métodos de estudo e pesquisas que contribuíram com o presente trabalho, tornando, assim, mais claras as escolhas metodológicas seguidas.

a) Levantamento bibliográfico: sua finalidade é fazer um levantamento das referências bibliográficas existentes sobre um determinado tema estudado; pode ser utilizada uma diversidade de formatos, tais como artigos, livros, *websites*, revistas e outros materiais que possam contribuir com o primeiro contato com a temática. Esse processo poderá ser facilitado se forem utilizados alguns recursos para catalogação, por exemplo, fichas, *softwares* EndNote e Mendeley.

b) Revisão de literatura: segundo os autores supracitados, uma pesquisa que utilize a revisão de literatura implica dois propósitos, construir uma contextualização para o problema e uma análise da literatura consultada para construção do referencial teórico. O material levantado e produzido deve ser organizado por fontes científicas e fontes de divulgação, o que permite, num primeiro momento, uma contextualização e um referencial teórico da pesquisa a ser realizada; essas fontes estão disponíveis em ambientes físicos e virtuais, facilitando a organização, a utilização e a análise do material, bem como sua conseqüente produção.

Neste caso, para aprofundar e contribuir com a análise do material pesquisado, o estudo tipo *estado da arte* é o método mais indicado, pois objetiva fazer um levantamento de assunto já conhecido, a partir de pesquisa realizada em determinada área. Possibilita, ainda, quando é grande a produção que envolve a temática, estabelecer o campo de pesquisa, o tema a ser pesquisado, o período, as fontes de dados mais amplas ou mais restritas.

Como o conceito de desenvolvimento sustentável é parte fundamental desta pesquisa, relacionada à sua influência na definição da legislação e na construção das políticas ambientais, sendo bastante amplo, abrangente e diverso, comportando vários conceitos nas diferentes áreas do conhecimento, optou-se pelas políticas públicas ambientais brasileiras, influenciadas pelo

conceito de desenvolvimento sustentável. Destaca-se que o mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCiAmb) da Universidade de Passo Fundo, recomendado pela Capes, tem a interdisciplinaridade como foco principal do curso, e sua área de concentração, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, está articulada em duas linhas de pesquisa: Sociedade e conservação dos recursos naturais e Tecnologia ambiental e sustentabilidade. Também, a dimensão ambiental está presente em várias esferas institucionais e normativas jurídicas, sendo inclusive articulada pelo Sistema Nacional de Educação Ambiental (Sisnea) como tema transversal em todos os níveis de educação formal e não formal no país (PHILIPPI JR. et al., 2013, p. 513).

Assim, considerando a problemática ambiental e sua forte interação com os processos sociais e ecológicos, ou seja, a complexa e interdependente relação entre sociedade e meio ambiente, homem e natureza, apontam-se como necessárias as pesquisas com enfoque na interdisciplinaridade. Como expressam Philippi Jr. et al. (2013, p. 518): “Trata-se de uma problemática que constitui um campo de pesquisa aglutinador de inúmeras disciplinas, implicando pesquisas interdisciplinares”, sendo articulado e integrado aos diversos campos do conhecimento científico. Nesse sentido, o tema meio ambiente assume relevância no campo das pesquisas científicas, com a tarefa de fazer a ruptura da fragmentação do conhecimento e de romper com o modelo disciplinar, partindo para um contexto integrativo do conhecimento. Assim, no auge desse debate, a Capes criou, em 2011, a Coordenação de Área de Ciências Ambientais (CACiAmb), inserida no Sistema Nacional de Avaliação da Pós-Graduação, para responder à complexidade da problemática ambiental, de forma multidisciplinar, diante da “[...] indissociabilidade entre sistemas antrópicos e naturais que emergem no mundo contemporâneo” (PHILIPPI JR. et al., 2013, p. 522).

A prática da interdisciplinaridade se coloca como um desafio e uma necessidade emergentes, entendendo que o tema e as crises sobre as questões ambientais são de natureza global, requerendo enfrentamento e estratégias colocadas em novas bases epistemológicas, trazendo as variadas áreas do conhecimento para atuarem no enfrentamento das respostas, tendo, pela comunidade científica, o reconhecimento dos saberes que existem na sociedade. Nesse sentido, o tema proposto para este trabalho, se reveste de grande relevância, uma vez que a investigação sobre a construção do conceito do desenvolvimento sustentável e a sua influência na definição da legislação e das políticas ambientais é abrangente e envolve várias áreas das ciências: social, econômica, política, ambiental, ética, territorial, cultural, entre outras.

Na busca por mapear essa problemática em diferentes áreas do conhecimento acadêmico, vários teóricos que lidaram, direta ou indiretamente, com esse tema emergiram com

diferentes contribuições, sendo que algumas delas estão reunidas neste capítulo. Para desenvolver o tema proposto, qualificar e direcionar a escolha e seleção dos artigos, bem como identificar a discussão realizada pelos autores, as seguintes perguntas foram construídas:

a) quais políticas públicas ambientais são identificadas no contexto da legislação e das políticas públicas brasileiras, influenciadas e orientadas para o desenvolvimento sustentável?

b) que leis e políticas ambientais brasileiras surgiram influenciadas pelos eventos internacionais realizados pelo sistema Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a pauta meio ambiente e sustentabilidade?

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa para a produção deste trabalho foi realizada pelo método exploratório, combinado com outros métodos de pesquisa, valendo-se de pesquisa bibliográfica e documental, sendo a busca por subsídios teóricos e legais uma constante durante todo o processo de elaboração. Destaca-se que esse tipo de pesquisa traz em si um conjunto de procedimentos que buscam não só explicitar um problema, mas também construir e testar hipóteses, a partir de referências teóricas publicadas em livros, artigos ou em obras congêneres (SALOMON, 1999).

Diante disso, é importante mencionar alguns dos procedimentos da pesquisa bibliográfica exploratória, considerados fundamentais para o aprofundamento do tema e do problema desta investigação: a) identificação e seleção de meios eletrônicos de bases de dados; b) utilização de descritores para busca de artigos relacionados à temática da investigação, nas línguas portuguesa e inglesa; c) identificação e seleção dos artigos relacionados ao tema da pesquisa; d) leitura, fichamento e síntese dos principais argumentos contidos em textos relacionados à temática da investigação; e) leitura crítica e sistematização de ideias apresentadas em textos, em documentos e na legislação brasileira (pareceres, resoluções, medidas provisórias, etc.); f) evidenciar, por meio de argumentos e contra-argumentos, os diferentes pontos de vista em relação à temática proposta.

Ao realizar um levantamento nas bases de dados de alguns periódicos nacionais e internacionais (Capes, Google Acadêmico e JSTOR), verificou-se uma quantidade significativa de artigos, livros e teses que tratam, direta ou indiretamente, da temática em questão, tanto no Brasil quanto no exterior.

Na pesquisa realizada no Portal de Periódicos da Capes, foram utilizados três descritores: políticas públicas ambientais, desenvolvimento sustentável e meio ambiente. Foram obtidos 569 resultados, para todos os idiomas, dentre artigos, livros, teses, dissertações e recursos textuais, no período de 1992 a 2015. Quando refinada para o período de 2012 a 2018, a pesquisa resultou em 7 artigos. Passou-se, então, a realizar buscas, utilizando-se um descritor por vez:

a) **políticas públicas ambientais** – resultou em **2.276** artigos; feito um primeiro refinamento, no período de 1992 a 2018: **2.238**; de 2012 a 2018: **1.556**; com um segundo refinamento, nas áreas: desenvolvimento sustentável, meio ambiente, *sustainability*, *sustainable development*, *environmental sciences*, no período de 1992 a 2018: **210**; de 2012 a

2018: **21** (Brasil).

b) **desenvolvimento sustentável** – feito um primeiro refinamento, para o período de 1992 a 2018: **7.417**; de 2012 a 2018: **5.326**; no segundo refinamento, nas áreas: sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, *sustainable development*, *environmetal sciences*, no período de 2012 a 2018: **1.971**; quando selecionados os idiomas: português **536**; inglês **388**.

c) **meio ambiente** – no primeiro refinamento, no período de 1992 a 2018: **30.522**; de 2012 a 2018: **18.343**; no segundo refinamento, nas áreas: meio ambiente, *environmetal sciences*, *enviroment*, no período de 2012 a 2018: **1.403**; de 2012 a 2018: **158** (Brasil); de 2012 a 2018: **26** (*ecology*).

Na JSTOR, utilizando três descritores em inglês: *sustainable development*, *environmetal sciences* e *environmetal public policies*, encontrou-se o resultado de **6** artigos. Com um refinamento, na área *environmetal sciences*, no período de 2012 a 2018: **25** artigos.

No Google Acadêmico, foram utilizados três descritores em português: meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas ambientais. Foram obtidos os seguintes resultados: período de 1992 a 2018: **31.100**; de 2012 a 2018: **16.000** (artigos, livros, resenhas). Realizando o refinamento no período de 2012 a 2018, foram obtidos os seguintes resultados para as áreas: políticas públicas ambientais: **15.200** (Brasil); meio ambiente: **201.000** (Brasil); desenvolvimento sustentável: **37.500**; políticas ambientais e desenvolvimento sustentável: **18.000** (Brasil); meio ambiente e desenvolvimento sustentável: **30.100** (Brasil); meio ambiente e desenvolvimento sustentável: **14.700** (artigos); políticas ambientais e desenvolvimento sustentável: **14.900** (artigos).

Esse amplo leque de publicações ilustra o desafio de identificar critérios de relevância e atualidade das produções. Posteriormente, foram seguidos os recortes das discussões mais próximas ao tema proposto, buscando aquelas de conteúdo com maior proximidade com a temática do conceito de desenvolvimento sustentável, meio ambiente e políticas ambientais, eventos internacionais de maior relevância e mais citados pelos autores sobre a problemática ambiental, as políticas ambientais no Brasil, periodização de linha do tempo, principais legislações do período, dentre outros, como será possível identificar na sequência.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo pós-guerra e pós-Revolução Industrial se viu em dois grandes e importantes dilemas em termos de futuro da humanidade e do planeta: a) como barrar o modelo vigente de desenvolvimento, baseado no uso indiscriminado dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, concentrador de riquezas, promotor de exclusão social, criando um abismo entre os países do norte e do sul e leste?; b) como continuar se desenvolvendo economicamente, fazer uso racional e responsável da natureza, proteger e conservar o meio ambiente e seus ecossistemas e, ao mesmo tempo, promover a equidade social e diminuir as distâncias entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento?

As respostas a tais questões foram construídas coletivamente, pelos diversos *Stakeholders*, organizações sociais e institucionais, em escala global, com a reconstrução e reformulação do conceito de desenvolvimento, para aquele capaz de promover o crescimento econômico, com inclusão social e preservação dos recursos naturais, atendendo às necessidades atuais da humanidade, sem comprometer as necessidades das próximas gerações. Assim, a resposta estava, então, num desenvolvimento sustentável. Embora, em princípio, pareça óbvio afirmar que hoje o planeta estaria em situação pior, caso não houvesse as iniciativas principiadas a partir da década de 1960, com os denunciamentos, as mobilizações internacionais, as ações dos movimentos ambientalistas, a contribuição da ciência, os eventos organizados pelo sistema ONU, os debates, as conferências, os tratados e os acordos decorrentes, que, em muito, contribuíram para a construção do conceito de desenvolvimento sustentável, que é norteador para o estabelecimento e a construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Muito embora o conceito de desenvolvimento sustentável por si só não seja suficiente e não possa dar respostas aos impasses de impactos planetários, foi necessária a construção coletiva de acordos, pactos e tratados para todas as nações, estabelecendo premissas e compromissos para a construção de marcos regulatórios de controles e de políticas públicas, com base nesse novo padrão de desenvolvimento que fosse sustentável.

O presente estudo teve como finalidade demonstrar a influência que o conceito de desenvolvimento sustentável exerceu sobre as políticas ambientais brasileiras, demonstradas no seu marco regulatório ambiental, aliado às pressões e mobilizações internacionais produzidas pelos diversos eventos patrocinados e organizados pela ONU, bem como o reflexo e o impacto que esse conceito teve nas estruturas de governo e nas agendas políticas de desenvolvimento, especialmente nos países-membros da ONU. Essa influência pode ser notada

quando a Constituição federal promulgada em 1988, logo após a publicação do relatório *Nosso Futuro Comum*, em 1987, destina um capítulo sobre o meio ambiente (BRASIL, 1988), abordando a política nacional do meio ambiente, trazendo para o texto constitucional o conceito de desenvolvimento sustentável, presente no Relatório Brundtland: “e o meio ambiente para o foco das decisões políticas” (CÂMARA, 2013, p. 132).

Como já demonstrado neste trabalho, o Brasil recebeu grande influência desses eventos e do conceito de desenvolvimento sustentável, mas não só foi influenciado, como também tem assumido e exercido protagonismo nas diversas agendas globais das políticas ambientais, podendo ser destacadas as relevantes contribuições do país no alcance dos objetivos da CDB, a exemplo da implementação da lei do SNUC, resultando na conservação e proteção de 74% de suas florestas, em relação às áreas protegidas do mundo, entre os anos 2003 e 2008, por exemplo, e na criação dos instrumentos de proteção de sua biodiversidade (IPEA, 2016).

Como também já destacado neste estudo, os diversos acontecimentos históricos, os eventos e as mobilizações internacionais foram fundamentais para a estruturação de uma governança ambiental global, tornando a temática do meio ambiente a segunda maior área em termos de documentos oficiais internacionais, perdendo apenas para o comércio internacional. Nesse sentido, destacam-se a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação; as quais também resultaram em impactos em termos de normatizações no âmbito da OMC.

Longe de afirmar que os acordos e pactos assumidos (com algumas limitações e desacordos em sua propositura) foram implementados e estão sendo cumpridos integralmente – considerando a sua complexidade e os desafios de ruptura de paradigmas dos atuais *modus operandi* do modelo de desenvolvimento, ocorrendo há mais de um século –, eles apenas se tornaram a bússola possível e necessária, de caráter planetário, que veio a influenciar as nações, em especial os países-membros da ONU (uns mais, outros menos, considerando o seu contexto sociopolítico e econômico), para o esforço de adoção de um novo padrão de desenvolvimento, capaz de conciliar os aspectos econômico, social e ambiental, para atender às necessidades básicas e fundamentais das atuais e futuras gerações, rumo à preservação do planeta.

Ainda assistimos, no entanto, especialmente em nosso país, a ameaças e ao descumprimento das metas propostas, em termos de preservação e proteção dos nossos recursos naturais, de mudanças lentas nas emissões de gases de efeito estufa, de alterações e precarização dos marcos regulatórios ambientais, de índices ainda altos de pobreza, decorrentes de uma economia de produção e consumo não sustentável e concentradora de renda e de riqueza.

Todavia, entendemos que houve avanços significativos e relativos cumprimentos de metas e acordos assumidos pelo Brasil. Assim, a partir da década de 1990, o país assumiu novas feições políticas, econômicas, tecnológicas, em termos institucionais e na gestão pública, assegurando a sua inserção neste novo padrão globalizado de governança ambiental (CÂMARA, 2013).

No entanto, os desafios permanecem, existe ainda um longo caminho a ser percorrido em termos de governança ambiental para o alcance do desenvolvimento sustentável. As dificuldades para a implementação das políticas ambientais brasileiras podem ser encontradas na complexidade do ambiente jurídico e de sua interface com as demais políticas públicas, com a prevalência da política econômica e a falta de diálogo com as demais políticas, sociais e ambientais; nas fragilidades na estrutura administrativa; nas sobreposições de competências e ações; na insuficiência dos recursos de financiamento das políticas ambientais; nas fragilidades no processo de descentralização, de gestão democrática e controle social; e no processo decisório sobre essas políticas, contexto ao qual ainda se soma a alta degradação ambiental.

Para enfrentar tais problemáticas, no âmbito internacional, os acordos e pactos continuam em processos de aperfeiçoamento e adequações diante dos desafios e das realidades vigentes, assim como o estabelecimento e a adoção de novas metas para o desenvolvimento sustentável. Um exemplo é a recente aprovação pela Assembleia das Nações Unidas, realizada em Nova Iorque, em dezembro de 2016, de uma agenda global, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), conhecida como Agenda 2030, em continuidade e com ampliação de novas metas dos ODMs, de 2000. Foi estabelecida, também, anualmente, a realização do SDG Business Fórum (Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas), evento que tem como objetivos revisar o progresso e orientar os esforços globais para o cumprimento da Agenda 2030, reunindo líderes mundiais da ONU, dos governos, dos empresários e da sociedade civil, sob a coordenação da Câmara de Comércio Internacional (*International Chamber of Commerce* – ICC), pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN DESA) e pelo Pacto Global da ONU, constituindo-se em importante ferramenta e instrumento de monitoramento dos ODS.

Assim, o conceito de ecodesenvolvimento – ou as cinco dimensões: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural, ou simplesmente desenvolvimento sustentável – buscou dar respostas às problemáticas socioambientais, com o objetivo de harmonizar as questões sociais e econômicas do desenvolvimento, com a gestão eficiente dos recursos naturais. O conceito de sustentabilidade veio impactar e influenciar as políticas ambientais em caráter planetário, especialmente as políticas ambientais brasileiras, na busca da melhoria da qualidade de vida da

população, uma vez que, segundo Sachs (1999, p. 30), “meio ambiente e desenvolvimento são duas faces de uma mesma moeda”.

Por um lado, pudemos vislumbrar os grandes avanços ocorridos no marco jurídico ambiental brasileiro, em sua gestão e governança ambiental, com limites e retrocessos ao longo de quase cinco décadas e vários governos; por outro, assistimos a um futuro ainda incerto, com o novo governo eleito, que ainda não tomou posse na Presidência da República, até a defesa desta dissertação. Contudo, segundo especialistas, há em boa parte da comunidade científica e da comunidade internacional, preocupação com as possíveis desregulações, flexibilizações e retrocessos em nossa legislação e governança ambiental, tendo como exemplos a possível indicação de fusão dos ministérios da agricultura e do meio ambiente, o possível não cumprimento das metas assumidas de redução do desmatamento das nossas florestas e das metas do acordo do clima, dentre outras. Isso seria um grande e grave retrocesso para o futuro do Brasil, de consequências incalculáveis, considerando o seu patrimônio em termos de recursos naturais vitais para a sobrevivência do planeta.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, A.; VALERIANO, C. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. **BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais, ANPOCS**, n. 53, p. 35-78, 2002.
- ALVES, J. I.; CUNHA, B. P. da.; SOUSA, J. B. de. Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: Uma Revisão Contemporânea Para Pensar Políticas Públicas num Ambiente de Complexidade. **Revista Jurídica**, Curitiba, v. 1, n. 50, p. 484-513, 2018.
- ARENDT, H. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. The Human Condition. 10. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão de Saúde e Meio Ambiente. **Relatório Verde: Ação em Defesa do Ambiente Natural**. Porto Alegre, p. 1-300, 2015.
- BARROS-PLATIAU, A. F. **O Brasil na Governança das Grandes Questões Ambientais Contemporâneas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <[file:///C:/Users/Ademar/Downloads/constituicao\\_federal\\_35ed.pdf](file:///C:/Users/Ademar/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2018.
- BRÜMMER, S. Histórico dos movimentos internacionais de proteção ao meio ambiente. **Revista Jus Navigandi**, n. 2738, 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/18162>>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- BRUNDTLAND, G. (Ed.). **Our common future: from one Earth to one World – the World Commission on Environment and Development**. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- BURSZTYN, M. Estado e Meio Ambiente no Brasil. In: BURSZTYN, M; MENDES, A.; SACHS, I.; BUARQUE, C.; DOWBOR, L.; AGUIAR, R. C.; BECKER, B.; LEITÃO, P. (Orgs.). **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, p. 83-102, 1993.
- BURSZTYN, M.; OLIVEIRA, A. A. de. Avaliação de impacto ambiental de políticas públicas. Interações. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 2, n. 3, p. 45-56, 2001.
- CD-CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Série Ação Parlamentar, n. 56, 1995. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/>> Acesso em: 10 maio 2018.

\_\_\_\_ - CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, 1981.  
<<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>>. Acesso em: 21 maio 2018.

CÂMARA, J. B. D. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 125-146, 2013.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. Tradução de Raul de Polillo. Silent Spring. 2 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.

CARVALHO, P. G. M.; BARCELLOS, L. C. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: Uma avaliação crítica. **Sustentabilidade em Debate**, v. 5, n. 3, p. 222-244, 2014.

COSTA, P. H. E. L; KHAN, A. S. Neodesenvolvimentismo e o abandono do Meio Ambiente. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 6, n. 1, p. 187-201, 2015.

CRUZ, F. N. B. **Discursos sobre a Influência da Sociedade Civil Transnacional na Rio-92**. Santa Catarina: UFSC, 2013.

DE MARCO, C. M.; MEZZARROBA, O. O Direito Humano ao Desenvolvimento Sustentável: Contorno históricos e Conceituais. **Veredas do Direito**, v. 14, n. 29, p. 323-349, 2017.

FILHO, G. M. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. **Textos Economia**, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993.

FRANCO, J. L. de A.; SCHITTINI, G. M.; BRAZ, V. da S. História da Conservação da Natureza e das Áreas Protegidas: Panorama Geral. **Historiæ**, v. 6, n. 2, p. 233-270, 2015.

FOLADORI, G. Avanços e Limites da Sustentabilidade Social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 102, p. 103-113, 2002.

FREIRIAS, R. Aspectos Históricos da Legislação Ambiental no Brasil: da ocupação e exploração territorial ao desafio da sustentabilidade. **História e Cultura**, v. 4, n. 3, p. 157-179, 2015.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável. **Ambiente & Sociedade**, n. 9, p. 1-34, 2001.

GANEM, R. S. (Org.). **Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 1989.

GUIMARÃES, R. P.; FONTOURA, Y. S. dos R. Da Rio+20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 19-39, 2012.

INSTITUTO CHICO MENDES-ICMBIO. **Política Nacional de Educação Ambiental**. <<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/pnea.html>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Sustentabilidade**

**ambiental no Brasil:** biodiversidade, economia e bem-estar humano. Brasília: Ipea, 2010.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Meio Ambiente na Agenda Internacional:** Implementação no Brasil das Convenções do Rio Sobre Biodiversidade, Clima e Desertificação. Brasília: Ipea, 2016.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Governança Ambiental no Brasil:** instituições, atores e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2016.

JACOBI, P. R. O Brasil Depois da Rio+10. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 15, p.19–29. 2002.

JACOBI, P. R. Meio Ambiente e Sustentabilidade. In: O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo, **Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam**. ed. Especial, p. 1-400, 1999.

JUNQUEIRA, V.; NEIMAN, Z. (Orgs). **Educação Ambiental e Conservação da Biodiversidade: reflexões e experiências brasileiras**. São Paulo: Monole, 2007.

HARARI, Y. N. **Sapiens** – Uma breve história da humanidade. Tradução Janaína Marcoantonio. *Sapiens – A Brief Histpory of Humankind*. 32ed. – Porto alegre: L&PM, 2018.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da Natureza. Tradução Luís Carlos Cabral. *Racionalidad ambiental: la reapropiación social de la naturaliza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAGRINI, A. Política e Gestão Ambiental: conceitos e instrumentos. **Revista Brasileira de Energia**, v. 8, n. 2, p. 1-8, 2001.

MARCONATTO, D. A. B.; TREVISAN, M.; PEDROZO, E. A.; SAGGIN, K. D.; ZONIN, V. J. Saindo da Trincheira do Desenvolvimento Sustentável- uma Nova Perspectiva para a Análise e a Decisão em Sustentabilidade. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, p. 15–43, 2013.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W.W. **The Limits to Growth:** A Report for The Club of Rome’s Project on the Predicament of Mankind. New York: Universe Books, 1972.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, n. 1, p. 1-25, 2006.

MELLO-THÉRY, N. A. Meio ambiente, globalização e políticas públicas. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, p. 133-161, 2011.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Educação Ambiental**. 2018. Disponível em: <<http://mma.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

\_\_\_\_\_ - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Segundo Relatório Nacional para a**

**Convenção sobre Diversidade Biológica.** Brasília: MMA, 2004.

\_\_\_\_\_- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Convenção Sobre Diversidade Biológica (CDB)**. n. 1, 2000. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ademar/Downloads/cdbport.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

\_\_\_\_\_- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)**. <<http://www.mma.gov.br/component/k2/item/8749-marcos-legais.html>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

MOURA, A. M. M.; MOURA, A. S.; BEZERRA, M. C. **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas** /organizadora: Adriana Maria Magalhães de Moura. Brasília: Ipea, 2016.

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the United Nations Conference on the Human Environment**. Stockholm: ONU, 1972. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

PECCATIELLO, A. F. O. Políticas Públicas Ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 24, p. 71-82, 2011.

PIOVESAN, A; TEMPORINI, E, R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista Saúde Pública**, n. 29, p. 318-325, 1995.

PHILIPPI, A. J; SOBRAL, M. C.; FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. Desenvolvimento sustentável, interdisciplinaridade e ciências ambientais. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 10, n. 21, p. 509-533, 2013.

POTT, C. M.; ESTRELA, C. C. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos Avançados**, n. 31, p. 271-283, 2017.

QUEIROZ, F. A. de. Meio ambiente e comércio na agenda internacional: A questão ambiental nas negociações da OMC e dos blocos econômicos regionais. **Ambiente & Sociedade**, v. 8, n. 2, p. 1-13, 2005.

REDE BRASILEIRA DE CIDADES EDUCADORAS – RBCE. **Carta Cidades Educadoras**. Disponível em: <<http://www.edcities.org/rede-brasileira/Carta-Portugues.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

RESERVA DA BIOFERA DA MATA ATLÂNTICA – RBMA. **Programa o Homem e a Biosfera - MaB**. UNESCO, 2018. Disponível em: <<http://www.rbma.org.br/>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

RIBEIRO, W. C. Desenvolvimento Sustentável e Segurança Ambiental Global. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, v. 21, n. 312, p. 742-798, 2001.

RISSATO, D.; SPRICIGO, B. A política ambiental no Brasil no período de 1970-1999. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 9, n. 16, p. 1–17, 2010.

RODRIGUES, D. F. Dinâmica institucional, políticas públicas e o desenvolvimento político ambiental brasileiro. **Sustentabilidade em Debate**, v. 2, n. 2, p. 149-164, 2011.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 65–92, 2012.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M; MENDES, A.; SACHS, I.; BUARQUE, C.; DOWBOR, L.; AGUIAR, R. C.; BECKER, B.; LEITÃO, P. (Orgs.). **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, p. 29-56, 1993.

SALHEB, G. J. M.; NETO, H. A. P. P.; OLIVEIRA, I. M.; JUNIOR, M. F. A.; BOETTGER, R. J. C. S.; MONTEIRO, V. C. S. Políticas Públicas e Meio Ambiente: reflexões preliminares. **Revista Internacional de Direito Ambiental e Política**, p. 1- 26, 2009.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTOS, B. de S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007.

SCHNEIDER, O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Otra Economía**, v. 9, n. 16, p. 94–104, 2015.

SIRVINSKAS, L. P. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva Educação, ed. 16, p. 17-1146, 2018.

SOUZA, M.T; SILVA, M. D; CARVALHO. R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

TAVOLARO, S. B. F. **Ambiente & Sociedade** - Ano II – n. 5, 2º Semestre, 1999.

THEIS, I. M. Considerações sobre os limites energéticos do crescimento econômico. **Revista de Ciências Humanas**, v. 14, n. 19, p. 117-148, 1996.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO. **A Ciência e a Cultura**. 2018. Disponível em: <<http://www.unesco.org/>>. Acesso em: 8 jul. 2018.

VIEIRA, A. S. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: fontes para compreensão do discurso político-ambiental do governo brasileiro. **Revista IBICT**, v. 21, n. 1, p. 7-13, 1992.

VOSGERAU, D. S. A. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014.

WOLKMER, M. de F. S.; PAULITSCH, N. da S. ÉTICA AMBIENTAL E CRISE ECOLÓGICA: reflexões necessárias em busca da sustentabilidade. **Veredas do Direito**, v. 8, n. 16, p. 211-233, 2011.